

**A I Nº** - 112889.1224/02-7  
**AUTUADO** - KARISMA ATELIER E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.  
**AUTUANTE** - PAULO GORGE TELUS SOARES DA FONSECA  
**ORIGEM** - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA  
**INTERNET** - 25.02.03

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0039-01/03

**EMENTA.** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. EMPRESA COM INSCRIÇÃO CADASTRAL BAIXADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Nos termos da Portaria nº 01/92 e informações existentes na própria Secretaria da Fazenda, o erro detectado na Nota Fiscal não a descaracteriza. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado no trânsito de mercadorias e em 21/12/02, reclama ICMS, por antecipação, no valor de R\$501,11, acrescido da multa de 100%, pelo fato do adquirente da mercadoria encontra-se como a inscrição estadual baixada no sistema informatizado desta SEFAZ, devendo recolher o imposto, por antecipação tributária e no primeiro Posto de Fronteira, referente as mercadorias adquiridas em outra unidade da Federação.

Em sua defesa (fl. 13), o autuado informou que as aquisições das mercadorias foram realizadas por sua matriz. Entretanto, o remetente, equivocadamente, consignou na nota fiscal autuada o CNPJ e Inscrição estadual de sua filial, já baixada nesta SEFAZ. Ressaltou que havia mudado de endereço, passando seu estabelecimento a funcionar onde sua extinta filial estava estabelecida, ou seja, no largo da Soledade, nº 09, em Salvador, estado da Bahia. Para comprovar o alegado, anexou Carta de Correção (fl. 27), emitida pelo vendedor, e em relação aos dados acima citados.

Auditora fiscal chamada à lide para contra arrazoar, ratificou os argumentos da defesa apresentados, principalmente pelas provas trazidas aos autos, a despeito do primoroso trabalho elaborado pelo autuante (fl.31)

### VOTO

Da análise da Alteração Contratual da empresa (fl. 26), verifica-se que, em 15/07/02, a empresa deliberou extinguir sua filial, situada no largo da Soledade nº 09 e mudar-se (matriz) da Avenida Joana Angélica, 633, loja 01, para o endereço da filial extinta. Como nos autos não havia qualquer documento da SEFAZ registrando este fato, busquei junto ao Sistema do Cadastro de Contribuintes a situação real dos dois estabelecimentos perante o fisco. Analisando os hard copy daquele sistema e anexados aos autos, ficou provado que o autuado (CNPJ nº 02831902/0002-86, IE nº 52.337.721) teve sua inscrição baixada em 26/12/02, não havendo a identificação do nº do Edital. Por outro lado, sua matriz (CNPJ nº 02831902/0001-03 e IE nº 49.690.552) requereu a transferência do seu endereço comercial para o endereço da sua extinta filial. Esta alteração foi processada na Secretaria da

Fazenda em 24/09/02. Esses fatos comprovam a alegação de defesa de que, à época da autuação, 21/12/02, exercia normalmente suas atividades naquele ponto comercial.

A autuação decorreu de erro no número do CNPJ e da Inscrição Estadual consignada na nota fiscal de aquisição de mercadorias, ou seja, ao invés daqueles dados do impugnante foram consignados os da empresa baixada. Foi apresentada Carta de Correção.

No trânsito de mercadorias, estando a nota fiscal com algum erro de preenchimento, determina a Portaria nº 01/92 no seu art. 1º e seu parágrafo único que o documento só será considerado inidôneo se as omissões ou erros nos dados relativos a endereço, ou ao nome, ou a inscrição estadual, por exemplo, não permitirem a identificação do contribuinte. Casos os erros não foram de tal monta, deve ser substituída por Nota Fiscal Avulsa, vez que o trânsito irregular de mercadorias não se corrige com ulterior apresentação de documento fiscal (§ 5º do art. 911 do RICMS/97). A Carta de Correção entregue, embora não seja documento hábil para corrigir erros no trânsito de mercadorias, corroborou a situação, ou seja, houve um erro do remetente das mercadorias, porém não de maneira a descaracterizar o documento fiscal. Ressalto, inclusive, que os dados do impugnante constavam das informações disponibilizadas pela secretaria da Fazenda aos seus funcionários.

Em razão do exposto, entendo insubsistente a ação fiscal e voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **112889.1224/02-7**, lavrado contra **KARISMA ATELIER E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA**

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de fevereiro de 2003

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

ÂNEGLO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR